



PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA CAPES: REVISÃO E PERSPECTIVAS

Stella Maris Wolff da Silva¹ e Ivan Rocha Neto²

1 - Mestranda do Programa Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
(stella@capes.gov.br)

2 - Docente Colaborador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Recebido em: 04/05/2012 – Aprovado em: 15/06/2012 – Publicado em: 30/06/2012

RESUMO

Revisão dos Programas de Cooperação Internacional coordenados pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e discussão sobre o potencial do Programa Ciência sem Fronteiras. A metodologia de natureza exploratória, qualitativa e descritiva.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão. Perspectivas. Cooperação Internacional. Programa Ciência sem Fronteiras.

CAPES INTERNATIONAL COOPERATION PROGRAMS: A REVIEW AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

Review of international cooperation programs coordinated by the Coordination of Higher Education Personnel (CAPES) and discussion about the potential of Program Science without Borders. The methodology was exploratory in nature, qualitative and descriptive.

KEYWORDS: Review. Perspectives. International Cooperation. Program Science without Borders.

INTRODUÇÃO E CONTEXTO

Os Programas de Cooperação Internacional têm sido concebidos como estratégia de formação de pessoal qualificado nos programas de pesquisa e pós-graduação, e a internacionalização tem sido um dos critérios usados pela Capes para avaliação dos cursos de mestrado e doutorado no país.

A cooperação acadêmica internacional vem se mostrando um forte instrumento de consolidação e de fortalecimento das conexões entre os sistemas de pós-graduação e pesquisa da educação superior do Brasil com outros países, bem como de qualificação de pessoal por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e docentes nos projetos conjuntos de pesquisa. Os projetos em conexão com a cooperação internacional visam à melhoria da qualidade e da produtividade dos pesquisadores com base nos resultados e na inserção de novas questões de investigação.

Até a primeira metade do século XX, a ciência evoluiu quase exclusivamente com base na produção de pesquisadores individuais e com baixa intensidade de cooperação. Uma grande mudança no ambiente científico tem sido a formação de

redes cooperativas para desenvolver temas de investigação mais complexos, que requerem complementaridade de competências (WEISZ & ROCO, 1996, citados por GOMES & ROCHA NETO, 2011).

Por outro lado, o Brasil tem sido desafiado a realizar pesquisas orientadas ao desenvolvimento das tecnologias portadoras de futuro (Biotecnologia, Nanotecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação) e nas áreas estratégicas (Engenharias, Energias, Saúde, Meio Ambiente e Recursos do Mar). Essas áreas e tecnologias são apresentadas no Livro Azul da Quarta Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (4ª CNCTI), realizada em 2010 (GOMES & ROCHA NETO, 2011).

Além disso, a perspectiva da cooperação acadêmica internacional será extremamente relevante à educação profissional e à execução do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), considerando que a oferta de formação nessa modalidade ainda apresenta deficiências em termos qualitativos e, possivelmente, quantitativos para responder à demanda do desenvolvimento econômico, segundo os programas de governo e os fatos portadores de futuro, conforme ficou demonstrado nos estudos recentes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2010).

Atualmente a produção científica, antes baseada nos esforços individuais de docentes, pesquisadores e programas isolados, depende mais fortemente da cooperação internacional, sobretudo para acompanhamento do estado da arte em questões de fronteira de pesquisa.

O processo de globalização impôs novos desafios para os programas de ensino de nível superior, como a crescente necessidade de superação das ações individuais e aprendizagem de práticas coletivas, e a investigação de temas emergentes com a introdução de novos conteúdos.

No contexto do processo de internacionalização, mudanças começam a ser observadas em algumas universidades brasileiras, envolvendo a cooperação de discentes e docentes com seus pares de instituições estrangeiras de ensino e pesquisa. O intercâmbio cultural científico e tecnológico é importante e necessário a todos: países, pessoas e, principalmente, universidades, formadoras de opinião e produtoras do conhecimento universal. Desse modo, devido a sua destacada importância, a gestão da cooperação acadêmica internacional merece ser objeto de estudos e aprimoramento (MARCOVITCH & BEIRÃO, 1993).

Os Programas de Cooperação Internacional precisam ser administrados de forma eficaz e dinâmica, para explorar e melhorar a apropriação de seus benefícios, em função de toda a comunidade acadêmica.

São funções da universidade: manter contato, intercambiar informações, receber estudantes e professores de outras universidades, encaminhar os seus estudantes e professores para outras se manterem constantemente abertas para oxigenação de ideias e para o melhor procedimento democrático.

O mercado de trabalho tem se mostrado muito competitivo, o que faz com que a obtenção do diploma universitário não seja mais suficiente para o exercício profissional. Atualmente para as vagas mais disputadas, exigem-se pessoas com ampla cultura geral, nacional e internacional. Para ser valorizado, o candidato a oportunidades de trabalho, além do domínio de línguas estrangeiras, deve demonstrar ampla visão do mundo, o que um intercâmbio certamente poderá ajudar a formar (CHERMANN, 1999).

A natureza universal do conhecimento, associada à tradição de cooperação acadêmica no desenvolvimento das atividades de ensino, é condicionante que influi para a dimensão internacional da universidade desde a sua origem (MINOGUE,

1991).

Levando-se em conta a possibilidade de entender a internacionalização da educação superior como processo em evolução, parece pertinente refletir a respeito das seguintes questões: motivações para intensificação da cooperação internacional; nível de internacionalização alcançado pelo sistema de educação superior no Brasil; perspectivas para o país ampliar a sua inserção no sistema mundial de educação superior (LIMA & CONTEL, 2009). Segundo os referidos autores, a partir de 2000, as motivações para a cooperação internacional têm sido as seguintes:

1. Inserção internacional dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
2. Incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas;
3. Integração regional de caráter inclusivo;
4. Diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos;
5. Atração de estudantes.

OBJETIVOS

Nessa direção, este ensaio propõe uma reflexão sobre as oportunidades e dificuldades operacionais dos Programas de Cooperação Internacional de orientação acadêmica, considerando a internacionalização da educação superior. Iniciativas recentes têm ampliado as oportunidades de aproveitamento dos Programas de Cooperação Internacional com ofertas mais diversificadas de países. Atualmente há mais de 50 (cinquenta) Programas de Cooperação Internacional coordenados pela CAPES, que foram acrescidos aos mais antigos com a França, Alemanha e Estados Unidos da América (CAPES, 2011a).

Apesar da orientação atual das pesquisas das universidades à solução de problemas nacionais, a dimensão universal não foi abandonada e foram institucionalizados os programas de cooperação acadêmica internacional com intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores para fomentar a criação e compartilhamento de conhecimentos (ROSSATO, 1998).

É possível identificar diferentes momentos do processo de internacionalização das universidades brasileiras. A importância econômica e política conquistada pelo conhecimento exerceram forte influência sobre a forma pela qual a internacionalização da educação superior tem sido pensada e organizada por distintos países, interesses e atores (VELHO, 1998; LEHER, 2005; SCOCUGLIA, 1994).

A ciência, a tecnologia e os esforços para inovação por meio da cooperação internacional vêm ganhando maior visibilidade e demonstrando capacidade para responder aos desafios de pesquisas em temas de maior complexidade.

Avaliando as bases históricas do processo de internacionalização da educação superior, foi afirmado que os Programas de Cooperação Internacional, originalmente com pretensões globais, passaram por um período de intensificação de aspectos sistemicamente isolados. Entretanto, atualmente o fenômeno da globalização intensificou a retomada dos primeiros papéis universalistas das instituições de educação superior. Hoje, a maioria das universidades em todo o mundo retoma suas finalidades originais de produzir e disseminar o conhecimento universal. A internacionalização da educação compreende um processo deliberado de introdução de dimensões internacionais, de caráter intercultural, em todos os aspectos que envolvem as atividades de ensino e pesquisa. Atualmente, a experiência internacional se apresenta como critério de empregabilidade nos mercados de trabalho, profissional e acadêmico (KNIGHT, 2005).

A busca por melhores condições de ensino por meio da cooperação

internacional pode ser benéfica para todos, por exemplo, com a abertura de perspectivas em temas emergentes de investigação, com o acesso aos conteúdos de informações atualizadas e aos resultados de pesquisa mais recentes.

A demanda por bolsas plenas no exterior até 2011 foi reduzida como resultado do amadurecimento dos cursos nacionais de pós-graduação, da intensificação da oferta na modalidade sanduíche e das possibilidades de participação em projetos de cooperação internacional. Sob essa ótica, são destacadas as vantagens dessas modalidades de formação para melhoria da qualidade dos programas de pesquisa e pós-graduação do país, a custos menores, sobretudo em relação aos investimentos necessários para instalação e manutenção dos bolsistas por períodos mais longos no exterior. Portanto, os Programas de Cooperação Internacional oferecem a possibilidade de qualificação de pessoal com potencial para responder adequadamente às necessidades locais, em menos tempo e com menos custos, ou seja, de forma mais eficiente. No curto prazo reduz as necessidades de investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento de questões de pesquisa que ainda não foram consolidadas, nem no Brasil, nem nos países cooperantes.

Com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, lançado em 2011, a demanda por formação no exterior mostrou estar crescendo mais rápido do que a oferta tradicional, acrescentando ao processo atual, 40 mil novas bolsas para outros países, somente pelo lado da CAPES, incluindo estudantes de graduação (CAPES, 2011b).

Poderão participar estudantes que desejam obter bolsas com destino a instituições de ensino na Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido. Daí a importância dos Programas de Cooperação Internacional com esses países e a necessidade de desenvolvimento de propostas de avaliação. Dentre outros requisitos, o candidato deverá estar matriculado em curso de nível superior nas áreas e temas do programa; possuir nacionalidade brasileira; ter cursado, no mínimo, 40% e, no máximo, 80% do currículo previsto para o seu curso; além de se comprometer a permanecer no Brasil pelo dobro de tempo que estiver no exterior para a realização da graduação sanduíche. Entretanto, os autores deste ensaio são de opinião que não basta o requisito da permanência dos egressos deste programa pelo dobro do tempo de formação no exterior, mas que será necessário, também, instalar um extenso programa de acompanhamento dos egressos e avaliação continuada do programa, que procure demonstrar potencial para o desenvolvimento de temas de formação profissional de acordo com o estado da arte internacional. Os seguintes argumentos foram apresentados em favor da intensificação dos Programas de Cooperação Internacional:

- Reduzir as carências de oferta de novas oportunidades educativas, ao apoiar o intercâmbio de professores e estudantes para formação em instituições estrangeiras, tanto no âmbito da pós-graduação quanto no da graduação;

- Manter a credibilidade dos serviços educacionais, o que tem sido outro incentivo para que as IES se internacionalizem – esse tem sido um dos critérios mais importantes adotados pela CAPES no processo de avaliação de qualidade dos programas de pós-graduação;

- Continuar o esforço para que os estudantes tenham mais acesso à educação de alto nível, com formação de parcerias e em cooperação com instituições internacionalmente reconhecidas;

- Avaliar a qualidade dos programas de graduação e pós-graduação (KNIGHT & WIT, 1995).

Um dos papéis principais da universidade moderna refere-se ao desenvolvimento cultural de sentido humanista e à consciência da interdependência entre os povos e respectivas sociedades. Diante disso, a finalidade principal da internacionalização é promover a convivência social e cultural, a paz entre todos os povos, a erradicação da miséria e da fome, a redução da deterioração crescente do meio ambiente, bem como a diminuição dos problemas de saúde pública, entre outros. A experiência adquirida pelos estudantes envolvidos em Programas de Cooperação Internacional ensejada pela convivência com outras culturas pode influir positivamente sobre a vida acadêmica e social dos futuros profissionais.

Espera-se que a educação superior forme profissionais que possam não somente conquistar os melhores empregos, mas também que sejam geradores de oportunidades de trabalho para outros (UNESCO, 2005).

Diante dessas novas exigências, as Instituições de Educação Superior precisam considerar suas prioridades para cursos e disciplinas que contribuam para o desenvolvimento das competências dos estudantes, que lhes permitam adaptar-se às mudanças nos ambientes econômicos e culturais, bem como aos avanços tecnológicos. Formar profissionais capazes de trabalhar com qualidade e competências face às mudanças globais, requer a intensificação dos Programas de Cooperação Internacional e do intercâmbio de docentes e discentes.

Segundo SILVA (1994), a Cooperação Internacional envolve oportunidades e riscos, podendo ser importante instrumento para impulsionar atividades relevantes para o Brasil, exigindo cuidados aos seus condicionantes. Confiança, compromisso, respeito a prazos e repasses financeiros para os projetos de cooperação. Como os recursos orçamentários são escassos, existe uma tendência mundial de que só permaneçam com apoio financeiro os projetos/programas que gerem resultados de mais curto prazo, ou que o impacto contribua efetivamente ao desenvolvimento sustentável do país.

As oportunidades para o Brasil são muitas para a formação de redes de cooperação internacional. Os condicionantes importantes para o Brasil envolvem manter compromissos relacionados a prazos, padrão técnico e fluxo de liberação de recursos financeiros. Há um conjunto de opções políticas para o país aumentar o número e a intensidade de suas parcerias. Entretanto, depende da sinalização do governo sobre os objetivos. Além disso, “é fundamental distinguirem-se as lógicas dos setores, público e privado, para não criar falsas expectativas”. A parceria é interessante para ambos, mas de maneira complementar e não substitutiva e, por isso, a cooperação pode ser instrumento importante. Em termos de desafios, um papel da CAPES seria o de favorecer um ambiente de negócios para cooperação, com estabilidade econômica, arcabouço legal, ágil e com credibilidade, e infraestrutura revitalizada (SILVA, 1994).

De um modo geral, as principais motivações para desenvolver Programas de Cooperação Internacional são: fortalecimento da pesquisa nacional mediante acesso à infraestrutura disponível no exterior; preparo das condições para que as inovações nacionais sejam comercializadas no exterior e contribuam para a solução de desafios globais – isso se justifica pela busca de aumento da qualidade da ciência, por meio da fertilização cruzada de ideias, reciprocidade, complementaridade de competências, acesso dos pesquisadores às instalações e grupos de ponta; solução de problemas científicos específicos que requeiram colaboração de vários grupos internacionais; ampliação da abrangência da pesquisa; melhoria da produtividade internacional e a visibilidade de pesquisas; e contribuição para a construção de capacidades de pesquisa (VELHO, 1998).

Segundo STORER (1970), citado por GOMES & ROCHA NETO (2011), a motivação mais óbvia é a necessidade da contribuição especializada de outros grupos de pesquisadores interessados em objetos comuns de investigação, o que também inclui a aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades por meio da formação de pessoal qualificado, como é o caso da proposta do Programa Ciência sem Fronteiras.

REVISÃO DA LITERATURA

Para a elaboração deste ensaio, foi feita uma revisão da literatura restrita ao período 2008-2011 a respeito da internacionalização e cooperação acadêmica internacional. Foram feitas buscas no dia 7/1/2011, no aplicativo Harzings Publish or Perish (2012) - HPP, nos últimos cinco anos (2008-2011), com expressões exatas e ocorrências sem restrições de áreas do conhecimento. HPP é um software livre, disponível na internet, que recupera e analisa citações acadêmicas. Faz varreduras no Google Acadêmico para obter as citações brutas, analisando-as e calculando várias métricas, citações e índices de impacto.

Uma das ocorrências mais recentes, uma dissertação de mestrado sobre Cooperação Internacional da CAPES (ROSA, 2008), apresentou importantes conclusões para este ensaio:

1. Foi instituído o Programa CAPES/ (Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de apoiar a continuidade das pesquisas dos docentes que retornavam do exterior para fortalecer o nascente sistema de pós-graduação no Brasil. Algo semelhante precisa ser considerado para os estudantes que retornarem do exterior no Programa Ciência sem Fronteiras;
2. A educação superior no Brasil evoluiu com forte influência internacional, inicialmente da Europa e depois dos EUA;
3. Os Programas de Cooperação Internacional da CAPES experimentaram várias transformações a partir da elevação do *status* dessas atividades, com a criação da Diretoria de Relações Internacionais e com a evolução do sistema nacional de pós-graduação;
4. O modelo de cooperação internacional, antes baseado em ações individuais, evolui para atuação mais institucionalizada, conectando grupos com a formação de redes cooperativas de pesquisa mais complexas.

A principal atividade da Cooperação Internacional da CAPES tem-se dado por meio de acordos bilaterais, programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros, mediante financiamento de missões de trabalho (professores), bolsas de estudo (alunos), além de apoio para custeio.

Restringindo a revisão para o período entre 2008-2011, houve ocorrências de milhares de publicações genéricas relacionadas à internacionalização da educação superior, conforme mostrado no Quadro 12 a seguir.

QUADRO 1 - Ocorrências de publicações no período de 2008-2011

Argumentos	Artigos	Citações	Restrições
Internacional Academic Cooperation	86	407	Nos documentos completos
International Academic Cooperation	1	0	Somente nos títulos
International Academic Cooperation AND CAPES	11	15	Nos documentos completos
Cooperação Internacional AND CAPES	11	0	Nos documentos completos
Cooperação Internacional AND CAPES	1	0	Somente nos títulos
Internationalization AND Education AND CAPES	0	0	Somente nos títulos
Internacionalização AND Educação AND Brasil	3	1	Somente nos títulos
Internacionalização AND Educação Superior AND Brasil	515	187	Nos documentos Completos
Ciência sem Fronteiras	6	1	Nos documentos Completos

Fonte: Harzings Publish or Perish - versão 3 (elaboração própria).

A CAPES também tem apoiado programas de parcerias universitárias binacionais. Esses programas foram iniciados em 2001 e objetivam, principalmente, o aumento do intercâmbio de estudantes de graduação, além do intercâmbio de alunos de pós-graduação, docentes e pesquisadores. As parcerias são formadas entre universidades brasileiras e estrangeiras, sendo fundamental a garantia do reconhecimento mútuo dos créditos aos alunos na área escolhida pelo projeto. Tais programas buscam ainda a aproximação das estruturas curriculares dentre as instituições e cursos participantes.

Os Quadros 2 e 3 mostram a diversidade de Programas de Cooperação Internacional da CAPES em atividade. Na atual gestão, a coordenação dos Programas de Cooperação Internacional ganhou novo *status*, transformando-se em uma Diretoria de Relações Internacionais, diversificando e intensificando programas e projetos.

QUADRO 2 - Projetos conjuntos de pesquisa – 2009

País	Programa	Número de Projetos
Alemanha	PROBRAL	71
	BRAGECRIM	16
Argentina	MINCYT	35
Cuba	MES/CUBA	51
Espanha	DGU	78
EUA	CAPES/UT	20
França	COFECUB	132
Portugal	GRICES/FCT	78
Holanda	WRU	35
Uruguai	UDELAR	10
TOTAL		526

Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação/PNPG 2011-2020

QUADRO 3 - Parcerias universitárias – 2009

País	Programa	Número de Projetos
EUA	FIPSE	45
Alemanha	UNIBRAL	26
Argentina	CAPG/BA	23
	CAFP/BA	20
França	BRAFITEC	51
	BRAFAGRI	11
	STIC - Amsud	10
	MATH - Amsud	4
TOTAL		190

Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação/PNPG 2011-2020

Legendas:

BRAFITEC - Programa de Intercâmbio de Estudantes de Graduação em Engenharia Brasil/França

BRAFAGRI - Brasil/França Agricultura

BRAGECRIM Programa Brasil-Alemanha para Pesquisa Conjunta em Tecnologia de Manufatura

CAFP/BA - Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil e Argentina

CAPES/UT – Projetos Conjuntos de Pesquisa e Cooperação Científica de Ensino Superior

Brasil/Universidade do Texas

CAPG/BA - Centros Associados de Pós-Graduação Brasil - Argentina

COFECUB - Cooperação Francesa com Universidades Brasileiras

CDFB - Colégio Doutoral Franco-Brasileiro

DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

DGU- Direção Geral de Universidades, do Ministério de Educação e Ciências da Espanha

FIPSE - Fundo de Melhoria da Pós-graduação

GRICES/FCT - Gabinete de Relações Internacionais para a Ciência e Ensino Superior de Portugal/Fundação para a Ciência e Tecnologia

MATH-AMSUD - Programa de Cooperação em Matemática França/América do Sul

MES/CUBA - Ministério da Educação Superior de Cuba

MINCYT - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva

NUFFIC - Organização Holandesa para Cooperação Internacional no Ensino Superior (Netherlands Organization for International Cooperation in Higher Education)

PROBRAL - Programa Brasil-Alemanha

STIC-AMSUD – Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia da Informação e da Comunicação França/América do Sul

UDELAR- Universidade da República do Uruguai

UNIBRAL - Programa Parcerias Universitárias Brasil-Alemanha

WUR- Universidade de Wageningen (Países Baixos)

O presente ensaio considerou também o processo de acompanhamento e avaliação do Programa CAPES/Comité Français D'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil - COFECUB/França, um dos mais antigos e tradicionais.

A CAPES, por meio de Programas de Cooperação Internacional, tem adotado a estratégia de qualificação de pessoal no exterior por meio do intercâmbio de grupos universitários brasileiros e de outros países, com o propósito de desenvolver projetos cooperativos de ensino e pesquisa. Essa estratégia tem sido de fundamental importância, pois se trata da qualificação das universidades brasileiras e do pessoal de elevado padrão acadêmico. A experiência em programas de formação em centros de excelência no exterior tem ensejado aos bolsistas não somente adquirir conhecimentos, mas, principalmente, estabelecer relações pessoais e institucionais que poderão ter repercussão positiva nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil e contribuir decisivamente à formação de núcleos de pesquisa de primeira linha.

Vários condicionantes têm influído para reforçar a importância das estratégias da CAPES em relação aos Programas de Cooperação Internacional. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade, evidenciada ao longo de todo o processo de execução dos programas de cooperação, de melhorar a eficiência desses programas mediante intensificação do intercâmbio entre equipes ou instituições nacionais.

Durante a reunião mista entre Brasil e França, no âmbito do acordo CAPES/COFECUB) em março de 1983, foi proposto que esse programa poderia servir de modelo para outros acordos internacionais, em conexão com atividades de cooperação nacional. Nesse programa, cada instituição brasileira envolvida assume o compromisso de compartilhar com outras instituições no país os resultados obtidos com as cooperantes francesas, formando redes cooperativas nacionais (INFOCAPES, 1999).

Uma das formas sugeridas para efetivar essas conexões foi a ideia de desenvolvimento de projetos associados, ou em redes com a participação de mais de uma equipe brasileira e/ou estrangeira. Tais projetos eram inicialmente identificados com a sugestiva denominação de “pé-de-galinha”, uma analogia ao esquema de cooperação em que um tronco comum interligava-se a várias ramificações: as diferentes equipes brasileiras participantes de um mesmo projeto. Na prática, foram muitas as situações que levaram à formação dessas associações ou redes envolvendo equipes em estágios diversificados de evolução acadêmica (SILVA, 1994).

A CAPES promovia a integração das equipes brasileiras quando constatava serem seus projetos similares ou complementares, ou quando se voltavam para a cooperação em uma mesma área ou com uma mesma instituição.

Os projetos a serem executados deviam ser amplos e complexos, envolvendo diferentes departamentos ou equipes brasileiras, e requeriam que fossem estabelecidas formas de integração desses participantes.

Grupos brasileiros impossibilitados de desenvolver projetos de cooperação, isoladamente, devido à carência de massa crítica de pessoal qualificado, encontravam na associação com outros grupos nacionais uma forma de superar suas limitações e obter sinergia para atender aos objetivos comuns.

Grupos consolidados com equipes qualificadas muitas vezes buscavam complementar seus planos de pesquisa com a promoção da capacitação de pessoal que atenderia às necessidades de grupos em diferentes estágios de evolução. Integração, sob uma mesma coordenação, dos diferentes projetos de uma instituição brasileira, com diferentes equipes francesas, impunha-se como meio para a superação das dificuldades enfrentadas no gerenciamento de tais projetos.

Atualmente, tais estratégias estão incorporadas à atuação regular da CAPES.

É importante assinalar que, embora a associação de projetos ou a formação de redes encerrassem aspectos positivos, e com o fortalecimento concomitante de várias instituições, a integração de diferentes equipes, a ampliação do intercâmbio de informações, o incentivo à criação, ao fortalecimento e à manutenção de novos grupos de pesquisa, a maior eficiência dos investimentos e o aproveitamento das missões de trabalho, houve problemas operacionais, conforme indicado nas avaliações, destacando-se os seguintes: participação não muito bem definida nos projetos associados; dificuldade de gerenciamento, dada a longa distância; falta de entendimento entre os coordenadores; falta de tempo dos cooperantes franceses para atendimento de todos os projetos associados; coordenação e comunicações deficientes.

Apenas os coordenadores do projeto “mãe” ou da instituição brasileira cooperante principal apresentavam relatórios, sem se referirem a nenhum problema relativo aos associados. Dessa maneira, os relatórios não consideravam os resultados obtidos pelo conjunto dos projetos associados; inexistia a troca de experiência entre os subprojetos por falta de um programa de integração nacional (SILVA, 1994).

Considerando-se que esses problemas poderiam comprometer o alcance dos objetivos do programa, a concepção e a manutenção de um sistema eficiente de acompanhamento, bem como a avaliação de projetos, tornam-se necessárias. Vale ressaltar também que ganhou *momentum* a ideia da continuidade dos projetos de cooperação, mediante avaliação de resultados.

A promoção de outras formas de intercâmbio internacional e de um bem sustentado programa de cooperação nacional foi defendida como um recurso para a extensão a um maior número de equipes brasileiras, dos benefícios resultantes do apoio recebido por cada projeto, mesmo após a cessação dos financiamentos. Importante destacar que o acoplamento dos intercâmbios internacional e nacional relaciona-se também com o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. Foi esse desenvolvimento que estabeleceu condições para que a implantação da cooperação nacional pudesse se firmar como uma importante alternativa para a consecução de muitos dos propósitos que, anteriormente, somente poderiam ser conquistados por meio de intercâmbio internacional.

A dimensão do sistema brasileiro de pós-graduação em 1978 era ainda muito limitada e a maioria dos programas que o integravam ainda se encontrava em fase de consolidação acadêmica. Nesse contexto, era basicamente no exterior que se buscava o apoio para a formação e o fortalecimento dos grupos de pesquisadores necessários à evolução desses programas. Essa realidade justificava, inclusive, a escolha de Programas de Cooperação Internacional com clara orientação assistencial, como estabelecido na fase de implantação da própria CAPES.

Há de ser considerado que o desenvolvimento da pós-graduação nacional provocou um crescente aumento da demanda dos grupos consolidados por projetos de cooperação internacional, como condição essencial para intensificar seus ritmos de evolução e ampliar a inserção no contexto mundial de produção do conhecimento científico e tecnológico.

Importante destacar que o desenvolvimento da pós-graduação brasileira abriu novas perspectivas para a intensificação do intercâmbio entre instituições nacionais. Na verdade, tem sido cada vez maior o número de programas brasileiros de pós-graduação com condições de oferecer um amplo espectro de alternativas de cooperação, referentes tanto à formação de mestres e doutores, quanto ao desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa ou produção científica e

tecnológica. Tal cenário justifica a necessidade de serem aprimorados os processos de intercâmbio nacional e internacional e de serem ampliados os seus níveis de integração sistêmica.

Durante a presente pesquisa, foi realizada uma consulta com coordenadores de projetos sendo enviadas questões por meio eletrônico a 46 coordenadores que faziam parte de projetos de cooperação internacional. A enquete solicitou informações sobre o número de bolsistas envolvidos em seus projetos, a produção científica e os destaques positivos e negativos a respeito dos Programas de Cooperação Internacional. A equipe técnica da CAPES compilou 39 respostas.

No Quadro 4, sem a identificação dos coordenadores, são apresentadas sínteses a respeito dos condicionantes sistêmicos que influem na eficiência de gestão do Programa de Cooperação Internacional coordenados pela CAPES, sistematizados em aspectos julgados positivos e negativos em relação aos programas de cooperação.

QUADRO 4 - Principais condicionantes que influem no sucesso dos Programas de Cooperação Internacional

Condicionantes
A cooperação com grupos no exterior precisa:
Agilidade e menos burocracia
Relatórios e prestação de contas mais simples
Disponibilidade de recursos de custeio
Respeito aos cronogramas
Comunicação fácil e fluente com a CAPES
Clareza dos procedimentos
Uso compartilhado de laboratórios e infraestrutura mais avançada e de última geração
Ampliação das relações com outros grupos
Tempo de maturação adequado
Acesso tempestivo ao conhecimento produzido no exterior
Casamento de expectativas entre os países cooperantes
Cooperação com empresas
Equilíbrio de responsabilidades entre os parceiros

Fonte: Resultado de pesquisa (elaboração própria).

O Programa Ciência sem Fronteiras - CsF é um programa do Governo Federal que visa promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional.

Conforme enunciado no sítio da CAPES, os objetivos desse programa são os de promover de maneira acelerada o desenvolvimento tecnológico e estimular os processos de inovação no Brasil por meio do aumento da mobilidade internacional de docentes, discentes de graduação e pós-graduação, de pós-doutorandos e pesquisadores, estimulando a inserção das pesquisas feitas nas instituições brasileiras às melhores experiências internacionais. O programa prevê a concessão de até 75 mil bolsas em quatro anos, das quais 40 mil serão concedidas pela CAPES.

A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de

suas respectivas instituições de fomento – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES e as Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (Disponível em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>, 2011).

As áreas prioritárias para esse Programa são as seguintes: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Biologia e Geociências; Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos. Como se pode depreender, a proposta combina o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em temas de interesse nacional, como o processo de internacionalização, inclusive para poder atender à demanda reprimida de qualificação de pessoal nessas áreas.

O Programa será executado em três modalidades de bolsas: sanduíche para estudantes de graduação; educação profissional e tecnológica; e atração de lideranças científicas para o Brasil. Na primeira, o Programa é dirigido aos alunos de graduação de melhor desempenho acadêmico, caracterizado por critérios de excelência como as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), premiação em programas de iniciação científica e tecnológica, olimpíadas e concursos temáticos, bem como a excelência da universidade de origem.

Está sendo elaborada uma lista de universidades estrangeiras de elevada qualidade acadêmica credenciadas para participar do programa. As instituições e agências de fomento, bem como universidades brasileiras participantes do programa, estabelecerão os acordos de cooperação e convênios necessários para o reconhecimento mútuo das atividades acadêmicas realizadas. A experiência da CAPES e as lições aprendidas com os Programas de Cooperação Internacional certamente serão muito úteis para a escolha das universidades de destino dos estudantes.

Bolsas Sanduíche no Exterior para a Graduação (SWG): o aluno de graduação nas áreas prioritárias ou correlatas recebe uma bolsa de estudos, além das passagens, auxílio instalação e seguro saúde, para cumprir programa de mobilidade.

Os critérios de seleção dos estudantes para participação no programa serão baseados no desempenho e no potencial acadêmico dos candidatos. Poderão ainda participar estudantes que ingressaram na instituição por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e que obtiveram nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), utilizado para seleção de estudantes pelo Sisu.

A segunda modalidade, a de educação profissional e tecnológica, terá como público alvo os estudantes de cursos superiores oferecidos por Institutos de Formação Profissional e Tecnológica, em especial aqueles relacionados às áreas prioritárias do Programa. Os alunos selecionados deverão estar, prioritariamente, no penúltimo ano de formação. Para a realização do intercâmbio, deverão permanecer na instituição cooperante por um período de seis meses. No retorno, a instituição deverá facilitar o processo de revalidação de disciplinas/créditos, de forma a não prejudicar o prosseguimento dos estudos. Deverão ser planejados processos de retorno das experiências do estudante à instituição de origem, que poderá servir de

referência para outros estudantes, além de participar de projetos de pesquisa nas temáticas do curso aproveitadas na instituição estrangeira.

Na terceira modalidade, jovens pesquisadores com produção científica diferenciada receberão bolsas de pesquisa e recursos de custeio para desenvolver dois a três anos de atividades com um grupo de pesquisas no Brasil. Nessa vertente seriam elegíveis jovens cientistas talentosos em início de carreira, prioritariamente brasileiros, que atuem nos temas eleitos do Programa e que tenham se destacado qualitativa e quantitativamente pela produção científica ou tecnológica. Eles receberão uma bolsa especial por até três anos e recursos de pesquisa adicionais. Será estimulada a alocação desses bolsistas em todas as regiões do país, especialmente através de convênios com as Fundações de Apoio à Pesquisa. O programa prevê atrair até 1.200 jovens pesquisadores.

Além disso, serão concedidas bolsas especiais para pesquisadores visitantes com extensão temporal mais duradoura. O pesquisador assume o compromisso de vir ao Brasil com regularidade previamente definida (pelo menos um mês a cada ano) e a receber estudantes e pesquisadores brasileiros no seu laboratório. A proposta prevê a associação com grupo no Brasil, que ficará responsável pelo gerenciamento do projeto.

Conforme mostrado na revisão do estado da arte a respeito da cooperação internacional e internacionalização da educação superior, houve a intensificação e diversificação de programas e países, inclusive no âmbito da América do Sul, sobretudo com a Argentina. Também há necessidade da mobilização dos programas de cooperação internacional para a execução do Programa Ciência sem Fronteiras – CsF para a utilização das cotas de bolsas para graduação no exterior e demais modalidades de atuação do Programa.

As informações produzidas pelas opiniões registradas na consulta feita com os coordenadores brasileiros demonstraram que as parcerias convivem com acertos e erros. Todavia, os aspectos negativos podem ser superados com base na aprendizagem obtida com a execução desses programas.

A identificação dos condicionantes que influem no desempenho dos Programas de Cooperação Internacional coordenados pela CAPES poderá de alguma forma, ser de utilidade à gestão do Programa Ciência sem Fronteira - CsF. A aprendizagem com a execução dos Programas de Cooperação Internacional já está refletida nas propostas do programa, sobretudo em relação ao tratamento sistêmico e coordenado das ações previstas para apropriação de conhecimentos obtidos no exterior, formação de parcerias com as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, descentralização do processo de seleção de bolsistas e simplificação dos processos burocráticos.

Conforme se procurou evidenciar, ainda não há instrumentos confiáveis que possam avaliar as mudanças de paradigmas do desenvolvimento científico e tecnológico, ou de transformação do pensamento, nem das práticas no país, como resultado dos projetos. Pode-se, contudo, afirmar que os acordos de cooperação internacional são, no mínimo, promissores, mas que precisam de mais divulgação para uma maior visibilidade nas comunidades acadêmica e empresarial.

A perspectiva da cooperação acadêmica internacional será extremamente relevante à educação profissional e à execução do Programa Ciência sem Fronteiras, considerando que a oferta de formação nessa modalidade ainda apresenta deficiências em termos qualitativos e, possivelmente, quantitativos para responder à demanda do desenvolvimento econômico, segundo os programas de governo.

Pode-se sintetizar a evolução e a adequação das Instituições de Ensino Superior à cooperação internacional nas seguintes questões:

1. O Programa tem caráter de reforço nacional, não se limitando a áreas ou regiões exclusivas;
2. Os projetos devem estar apoiados a interesses ou necessidades institucionais relevantes, considerando que as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação são responsáveis pela coordenação geral da participação da equipe ou equipes de sua instituição;
3. Reciprocidade entre as equipes na execução de projetos cooperativos de pesquisas;
4. Visão clara da contribuição à qualificação de pessoal para os programas de pós-graduação no país;
5. Diretrizes estabelecidas, esclarecendo melhor os objetivos e normas do programa podem simplificar sua operacionalização.

Há questões que ainda não foram equacionadas:

1. Ausência de processos sistemáticos para apropriação dos resultados dos projetos por parte de outras equipes nacionais, com vistas à formação de redes, proporcionando, assim, uma maior interação entre instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com as do Sudeste e Sul e,
2. Ausência de um sistema de avaliação e acompanhamento para acordos de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na condição de ensaio, neste texto se procurou argumentar e, não demonstrar, que a Cooperação Internacional pode se tornar uma estratégia efetiva de qualificação de pessoal, educação profissional e desenvolvimento de projetos de pesquisa, a fim de aumentar a produção científica nacional em temas de pesquisas emergentes no país e no exterior e de melhorar a qualidade da pós-graduação brasileira. O levantamento dos aspectos operacionais positivos e negativos pode ser útil à execução do Programa Ciência sem Fronteiras, recentemente lançado pelo Governo Federal e orientado à formação profissional no exterior. Somente a CAPES será responsável pela concessão de mais de 40 mil bolsas para diferentes países. Essa oportunidade implicará problemas operacionais, conforme apresentado neste artigo.

Também se pode argumentar que os Programas de Cooperação Internacional procuram desenvolver processos ágeis com normas claras, transparentes e pragmáticas, contribuindo assim, para o desenvolvimento da cooperação científica, tecnológica e educacional, o que se traduz diretamente em benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para a ciência e tecnologia do país.

Alguns dos condicionantes propostos no presente ensaio foram apontados como desafios para que a Cooperação Norte-Sul traga benefícios para o Brasil:

1. Incrementar a cooperação institucional com a participação da CAPES/MEC e do Ministério das Relações Exteriores;
2. Necessidade de garantir a continuidade dos programas;
3. Seguindo a tendência mundial, a cooperação multilateral deve ser privilegiada, não em detrimento da cooperação bilateral, mas como um processo mais ágil para a formação de redes de colaboração entre pesquisadores;
4. Necessidade de desenvolver processos de acompanhamento e avaliação permanentes e sistemáticos dos programas;
5. Necessidade de processos de acompanhamento de egressos, sobretudo em

relação ao Programa Ciência sem Fronteiras, considerando o volume de bolsistas e a diversidade dos países de destino;

6. Necessidade de envolver os Programas de Cooperação Acadêmica Internacional nos processos de acompanhamento e avaliação dos egressos do Programa Ciência sem Fronteiras - CsF.

REFERÊNCIAS

CAPES. **Cooperação internacional.** Disponível em <http://www.capes.gov.br/cooperacaointernacional>. Acessado em 01/12/2011a.

CAPES. **Programa Ciência sem Fronteiras.** Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br> . Acesso em 10/11/2011b.

CGEE. **Formação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas.** 2009.

CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação Internacional e Universidade:** uma nova cultura no contexto da globalização. São Paulo: Educ, 1999.

GOMES. D.; ROCHA NETO, I. Avaliação de Progresso do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Novas Fronteiras – Edição 2007 e Oportunidades de formação de redes cooperativas nas áreas estratégicas e tecnologias portadoras de futuro. **Revista Brasileira de Educação.** 2011.

HARZING'S. **Publish or Perish.** Disponível em: <http://www.harzing.com>. Acesso em 01/02/2012.

INFOCAPES. Boletim Informativo da CAPES. **“A Evolução da Concepção e da Linha de Ação do Programa CAPES/Cofecub”**, Maria Auxiliadora Nicolato; v.. 7, nº 4, p. 7-36, out/dez, 1999.

KNIGHT, Jane. “Modèle d’internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux”. In: OCDE. **L’enseignement supérieur en Amérique latine – la dimension internationale.** Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique, p.11-45, 2005.

_____; WIT, Hans de. **Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives.** Wit, Hans de (ends). Strategies for Internationalization of Higher Education. Luna Negra: Amsterdam, p. 5-32, 1995.

LIMA, Manolita e CONTEL, Fábio. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira.** 5ème colloque de l’IFBAE – Grenoble, 18 et 19 mai 2009.

LEHER, Roberto. **Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo.** 12/2005. Disponível em <http://www.lppuerj.net/outrobrasil/Docs>. Acesso em 17/01/2006.

MARCOVITCH, Jacques; BEIRÃO, Maria S. (ed.). **Gestão da cooperação internacional:** experiências e depoimentos. São Paulo, 1993.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: UnB, 1991.

PNPG 2011-2020. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES 2010.

ROSA, Leonardo. **Cooperação Acadêmica Internacional**. Dissertação de Mestrado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa das Américas da Universidade de Brasília. 2008.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SCOCUGLIA, A. C. “Globalizações, política educacional e pedagogia contra-hegemônica” in: SILVA, Édison R. C. (1994). **Avaliação Global do Ajuste (CAPES/COFECUB)**. Coordenadoria de Cooperação Internacional – CCI, Ministério da Educação, CAPES, Brasília (Texto não publicado), 1994.

SILVA, E.R. C. (1994). **Avaliação Global do Ajuste (CAPES/COFECUB)**. Coordenadoria de Cooperação Internacional – Ministério da Educação, CAPES, Brasília (Texto não publicado), 1994.

STORER, N. W. The internationality of science and the nationality of scientists. **International Science Journal**, vol. 22, p. 87-104, 1970.

UNESCO/Institut de Statistique. **Recueil des données mondiales sur l'éducation** – statistiques comparées sur l'éducation dans le monde, 2005.

VELHO, L. “Políticas governamentais e motivações para aproximar pesquisa acadêmica e setor produtivo.” In: VELLOSO, J.(org.). **O ensino superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.